



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **22 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 14 de abril de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Reinvenção da indústria VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Prevaleceu a visão chinesa VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Panorama Econômico VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO Dono da Foxconn falou mal do Brasil VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O ESTADO DE SÃO PAULO Paulo Bernardo admite subsidiar banda larga VEICULAÇÃO NACIONAL	8
FOLHA DE SÃO PAULO Saída de dólares supera a entrada no mês de abril VEICULAÇÃO NACIONAL	9
FOLHA DE SÃO PAULO Governo pode compensar perda de teles na banda larga VEICULAÇÃO NACIONAL	10
FOLHA DE SÃO PAULO Expansão do PIB perde força em fevereiro VEICULAÇÃO NACIONAL	11
FOLHA DE SÃO PAULO China e Brasil têm posições diferentes na ONU, diz Patriota VEICULAÇÃO NACIONAL	12
O GLOBO Governo prepara isenções para tablets VEICULAÇÃO NACIONAL	13
O GLOBO Foxconn quer ir 'onde o mercado está' VEICULAÇÃO NACIONAL	15
O GLOBO Isenções no forno VEICULAÇÃO NACIONAL	17
O GLOBO Começa revisão das relações Brasil-China VEICULAÇÃO NACIONAL	19
ZERO HORA Samsung pode ter planta naval no RS VEICULAÇÃO NACIONAL	20
AGÊNCIA CÂMARA Relatório é apresentado, mas MP do seguro habitacional será discutida na terça VEICULAÇÃO NACIONAL	22
ASSESSORIA MDIC MDIC divulga relatório inédito sobre investimentos chineses no Brasil VEICULAÇÃO NACIONAL	26
VALOR Governos estaduais disputam atração de novo complexo VEICULAÇÃO NACIONAL	28
VALOR Inflação assusta e BC abre diálogo com ministérios VEICULAÇÃO NACIONAL	29

VALOR

China e Brasil negociam de novo em maio	31
VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASIL ECONÔMICO-SP

SÃO POUCAS AS EMPRESAS INCENTIVADAS	33
VEICULAÇÃO NACIONAL	

PORTAL A CRÍTICA

Problemas de logística podem impedir avanço de multinacional americana no PIM	34
VEICULAÇÃO NACIONAL	

WEB NOTÍCIAS

Na Mira do Belmiro 207	35
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Reinvenção da indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, está anunciando investimentos de US\$ 12 bilhões a serem realizados em cinco anos pela Foxconn, empresa gigante de Taiwan, destinada a montar produtos eletrônicos no Brasil.

As primeiras informações chegam desencontradas e não fazem sentido. Ninguém entendeu o que vão fazer 20 mil engenheiros numa indústria de montagem de chips cujo produto é criado e desenvolvido nos Estados Unidos. Só para comparar, o setor automotivo inteiro não chega a ter no Brasil mais de 12 mil engenheiros, conforme dados da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA). Nem ficou claro onde essa empresa vai buscar 100 mil funcionários, num mercado de trabalho sabidamente escasso em mão de obra minimamente qualificada. Toda a Zona Franca de Manaus tem pouco mais de 110 mil funcionários.

Independentemente do déficit de consistência nessas informações, o fato é que, apesar do discurso dos dirigentes da indústria que apontam desindustrialização e sucateamento do setor produtivo nacional, o Brasil vai recebendo uma enormidade de investimentos nessa área. Em 2010, por exemplo, nada menos que 36,8% dos US\$ 52,6 bilhões que ingressaram no País na condição de Investimento Estrangeiro Direto (IED) vieram para a indústria.

Enfim, apesar da forte valorização do real e do elevadíssimo custo Brasil, o investidor estrangeiro está apostando no futuro da indústria brasileira. Parece não dar importância à retórica de fim de feira partilhada pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto.

Em entrevista publicada pelo jornal Folha de S.Paulo na última segunda-feira, um dos maiores especialistas em indústria no Brasil, o economista Antonio de Barros Castro, advertiu que há uma revolução do setor produtivo mundial. Lá se foi o tempo retratado nos anos 50, pelo economista alemão Hans Singer, em que as relações internacionais de troca determinavam que o produto industrializado era mais nobre e mais valorizado; e em que as matérias-primas e a energia eram desprezadas como bens de baixo valor agregado. Hoje as commodities passaram a ser o produto escasso e estratégico.

Não faz mais sentido - adverte Barros de Castro - proteger a indústria existente e esperar que agregue valor às cadeias de produção porque a concorrência externa, armada da mais avançada tecnologia, chega antes e mais barato. E é possível, até mesmo, que os novos investimentos asiáticos no Brasil se encarreguem de alijar a tradicional indústria brasileira em sua própria cozinha.

"Mesmo se o câmbio e o custo Brasil forem neutros, boa parte da indústria brasileira não é competitiva porque o sistema industrial chinês é mais eficiente. A indústria tem de se reinventar."

Isso significa que certos segmentos da indústria brasileira estão com os dias contados. Para não morrer, não basta aparar as unhas por meio da redução de alguns custos. Têm de mudar.

O problema é que nem os dirigentes da indústria parecem ter consciência disso nem o governo brasileiro parece preparado para apontar os rumos de uma virada.

CONFIRA

O Índice de Atividade Econômica, cuja função é antecipar o comportamento do PIB, mostrou em fevereiro um consumo muito aquecido, um crescimento de 7,32%

no período de 12 meses terminado em fevereiro. É o que aponta o gráfico.

É suficiente?

As autoridades do Ministério da Fazenda entendem que já há sinais de desaceleração. Há, sim,

desaceleração, mas não está claro se será suficiente para puxar o avanço do consumo para a altura dos 4% ao ano. Ou seja, não está claro se dá para evitar nova esticada da inflação.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Prevaleceu a visão chinesa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Saiu ao gosto chinês o comunicado conjunto dos presidentes Dilma Rousseff e Hu Jintao. Os termos foram ditados principalmente pelos interesses da China, assim como são ditados os termos do **comércio** e da cooperação econômica entre os dois países. Pequim aproveitou a visita para algumas gentilezas. Oficializou a abertura de **mercado** à carne de porco brasileiro, aceitou conversar sobre a diversificação das trocas e confirmou uma compra de aviões da Embraer. Tudo isso é positivo, mas presidentes não viajam para vender costeletas e lombinhos e raramente se envolvem na **exportação** de aviões - a menos, como fizeram o francês Nicolas Sarkozy e o americano Barack Obama, que se trate de concorrência para reequipar as Forças Armadas de um país.

Como de costume, a viagem serviu para o governo brasileiro pedir apoio à sua ambição de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. As autoridades chinesas concordaram apenas com uma declaração vaga. China e **Brasil** "apoiam uma reforma abrangente da ONU, incluindo o aumento da representação dos países em **desenvolvimento** no Conselho de Segurança como uma prioridade". Além disso, "a China (...) compreende e apoia a aspiração brasileira de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas". Essa frase é tão evasiva quanto a declaração de "apreço" à pretensão brasileira, incluída na declaração final da visita do presidente Obama a Brasília.

Mais que choca, a referência aos direitos humanos teve um toque humorístico - e até de humor negro: "As duas partes fortalecerão consultas bilaterais em matéria de direitos humanos e promoverão o intercâmbio de experiências e boas práticas". Quais serão os temas dessas consultas e que experiências e "boas práticas" o governo brasileiro poderá aprender?

Os dois lados assumiram, como de costume, compromissos de cooperação técnica e científica. Tudo isso produzirá poucos efeitos a curto e a médio prazos. Alguns programas, como geralmente ocorre, talvez sejam esquecidos por um longo período, para serem lembrados, dentro de algum tempo, quando for marcada a primeira reunião de uma comissão bilateral.

Os entendimentos com maior significado prático correspondem aos interesses chineses de acesso a recursos naturais. "Os dois lados acolhem a crescente cooperação entre os dois países nas áreas de mineração e infraestrutura relacionada e no processamento de produtos de minérios", informa o comunicado. Os dois governos "manifestaram ainda o interesse em abrir novas áreas de cooperação em energia e mineração".

Pode haver pontos **importantes** de interesse comum nessas áreas. Mas a ênfase nesse tipo de cooperação atende sobretudo à estratégia chinesa de crescimento econômico e reforça o estilo de intercâmbio bilateral até agora observado. "A parte chinesa", segundo o comunicado, "manifestou disposição de incentivar suas empresas a ampliar a **importação** de produtos de maior valor agregado."

Essa "disposição" tem pouco ou nenhum significado prático - e o governo chinês talvez nem pudesse ir além desse ponto.

Se o governo brasileiro deseja de fato mais **exportações** de manufaturados para a China, o primeiro passo deve ser um exame das condições do **comércio** e dos obstáculos encontrados pelas empresas. Até agora, a iniciativa mais notável de Brasília, nesse campo, foi a pressão para a Vale **exportar** menos minérios e investir mais em siderurgia - uma ideia tão estapafúrdia em termos econômicos quanto perigosa politicamente.

Pequim cobrou, como se esperava, o cumprimento de uma promessa tola formulada há anos pelo governo

brasileiro. "A parte brasileira reafirmou o compromisso de tratar de forma expedita a questão do reconhecimento da China como economia de mercado nos termos estabelecidos no Plano de Ação Conjunta 2010-2014." A palavra "expedita" vale um ponto para os negociadores chineses.

Empresas da China provavelmente aumentarão seus investimentos no Brasil. Fala-se em grandes projetos para a área eletrônica. Mas nada disso depende de entendimentos de cúpula. A Zona Franca de Manaus e o Polo de Jaguariúna são provas disso. O governo brasileiro deveria designar algum técnico talentoso para estudar esse e outros fatos da vida.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Panorama Econômico		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sem desaceleração

Desempenho da **Zona Franca** de **Manaus** teve forte avanço no primeiro bimestre 30%

foi o aumento do faturamento da região nos dois primeiros meses do ano em relação a mesmo período do ano anterior US\$ 5,87 bi foi o total faturado no período

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Dono da Foxconn falou mal do Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em setembro, Terry Gou disse que salários são altos demais e que pessoas param de trabalhar quando ouvem a palavra ""futebol""

Renato Cruz - O Estado de S.Paulo

Quanto a opinião de alguém pode mudar em sete meses? Na terça-feira, a presidente Dilma Rousseff saiu de uma reunião com Terry Gou, presidente da Foxconn, anunciando que a empresa taiwanesa planeja investir US\$ 12 bilhões em uma fábrica de telas digitais no Brasil, criando 100 mil empregos.

O entusiasmo de Gou com o País, retratado nos planos anunciados pelo governo brasileiro, contrasta fortemente com o que o bilionário taiwanês havia dito em setembro ao jornal The Wall Street Journal. Um trecho de uma entrevista em que falou sobre o **Brasil** foi recuperado pelo blog China Real Time Report, do próprio jornal.

Na entrevista, Gou reclamou dos salários "muito altos" dos brasileiros e, segundo o blog, "ridicularizou" a ideia de que o País possa fazer frente ao poder industrial da China: "Os brasileiros, assim que ouvem a palavra "futebol", param de trabalhar. E tem também toda a dança. É loucura".

Ele elogiou o potencial hidrelétrico do País e a **produção** de minérios, mas disse que as condições de **produção** são corretas somente para atender ao **mercado** local. "Se você quiser **exportar** coisas para os Estados Unidos, precisa de mais tempo e de mais dinheiro para enviar do **Brasil** (quando comparado com a China)."

O anúncio do governo foi recebido com ceticismo pela indústria brasileira. A própria Foxconn não confirmou o investimento.

"Guiada pela estratégia de "estar onde o **mercado** está", estamos há bastante tempo estudando

oportunidades de investimento no Brasil", disse a empresa, em comunicado. "Estamos atualmente no processo de explorar oportunidades nesse **mercado importante** e conduzindo uma análise substantiva do ambiente geral de investimento do País."

Sobre os números divulgados pelo governo brasileiro, a empresa informou: "A respeito da confirmação de qualquer projeto de investimento, a política da Foxconn é de fazer anúncios somente depois de receber as aprovações relevantes de nosso conselho de administração e de qualquer autoridade relevante".

Desconfiança. O problema dos números anunciados pelo governo brasileiro é que estão bem além das dimensões do **mercado** eletroeletrônico brasileiro. Todo o setor emprega 175 mil pessoas no País. A Foxconn estaria disposta a contratar 100 mil funcionários, incluindo 20 mil engenheiros. Não existe gente treinada suficiente para preencher essas vagas.

O valor de US\$ 12 bilhões equivale a quatro fábricas de semicondutores, que o **Brasil** tenta atrair há mais de uma década, sem sucesso. Uma fábrica completa de telas de cristal líquido exigiria um investimento semelhante a uma fábrica de chips.

O temor das empresas instaladas no **Brasil** é que o anúncio possa ser usado para barrar qualquer tentativa de proteger a **produção** local contra a invasão de produtos chineses. Apesar de taiwanesa, as principais unidades de **produção** da Foxconn, maior fabricante de eletrônicos do mundo, estão na China.

No Brasil, o setor tem defendido elevação de impostos de **importação**, para reduzir o déficit do eletroeletrônico que, em 2010, chegou a US\$ 27,5 bilhões. Pelo que temem algumas fontes da indústria, o anúncio de investimento serviria para impedir a imposição de barreiras ao produto chinês.

Crise. A história recente da empresa foi marcada pela crise causada por suicídios de funcionários em suas unidades chinesas. Desde 2007, 17 empregados da Foxconn teriam se matado ao pular das janelas dos prédios da companhia. Isso levou a empresa a instalar redes de proteção em volta de seus edifícios.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Paulo Bernardo admite subsidiar banda larga		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Elder Ogliari / PORTO ALEGRE - O Estado de S.Paulo

O governo admite subsidiar os custos da banda larga de 1 megabit por segundo (Mbps) a R\$ 35 mensais, se ficar comprovado que a prestação do serviço gera déficit operacional para as empresas. A posição foi apresentada ontem pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Nesta semana, uma reportagem do Estado mostrou que as operadoras querem recursos públicos para viabilizar o projeto.

O ministro admitiu que a legislação prevê o pagamento, pelo governo, de custos decorrentes de serviços novos, não previstos em contrato, mas sustentou que há divergências quanto à interpretação das atribuições.

"Acreditamos que as empresas fizeram uma opção por oferecer um serviço caro e para um público pequeno e, por isso, esse modelo dá uma rentabilidade determinada", destacou. "Se, ao contrário, elas fizerem opção por massificar amplamente o serviço, é muito provável que vão ganhar mais dinheiro."

Segundo Paulo Bernardo, o governo definirá metas para as empresas. "Vamos fazer um encontro de contas a cada dois anos ou 18 meses. Se houver custo para as empresas, o governo paga; se não houver, elas não vão receber nada; e, se houver lucro, terão de investir mais."

Na hipótese de desembolso, o ministro disse que "pode entrar dinheiro do Fust (Fundo de Universalização da Telefonia) ou de outras alternativas". Mas, por acreditar que a proposta vai dar certo, previu que não será necessário "pôr dinheiro nenhum".

Adiamento. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) formalizou ontem a prorrogação, para 30 de junho, do prazo para a terceira revisão do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) e para a revisão dos contratos de concessão de telefonia fixa. / COLABOROU KARLA MENDES

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Saída de <u>dólares</u> supera a entrada no mês de abril		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Saldo está negativo em US\$ 14 milhões, após o anúncio das medidas cambiais

Para economista, é cedo para avaliar se efeito vai perdurar; no ano, o balanço cambial está positivo em US\$ 35,5 bi

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

Três dias após o governo anunciar medidas para frear a queda do dólar, aumentando o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre empréstimos no exterior, o volume de saídas da moeda norte-americana do país superou o de entradas em US\$ 365 milhões em 1º de abril.

A fuga fez com que, até a última sexta-feira, o saldo ficasse negativo em US\$ 14 milhões no mês.

De acordo com dados do Banco Central, desde dezembro de 2010 o fluxo cambial (entradas menos saídas) não fica negativo em um mês.

Nos seis primeiros dias úteis de março, o saldo havia sido positivo em US\$ 4,3 bilhões. Apesar de os números indicarem reversão na tendência em abril, economistas acham que é cedo para avaliar o efeito das medidas.

Para Sílvio Campos Neto, da consultoria Tendências, o mercado pode ter antecipado empréstimos e investimentos nos primeiros meses do ano, já prevendo medidas que poderiam encarecer a entrada de dólares no Brasil.

"O próprio governo dizia que tomaria medidas e veio tomando aos poucos. No começo dos anúncios, o mercado aproveitou o espaço entre os anúncios para antecipar o fluxo de curto prazo", disse.

Essa antecipação fez com que o saldo cambial fosse positivo e ficasse em níveis recordes no início do ano.

Até abril, o resultado acumulado já supera em 46% o registrado em 2010, e soma US\$ 35,5 bilhões.

O aumento do IOF, anunciado no dia 29 de março, tinha como foco os empréstimos com prazo de até um ano e foi uma forma encontrada pelo governo de inibir o ingresso de dólares e tentar conter a desvalorização da moeda norte-americana.

Após essa data, o fluxo diário começou a ter alguns resultados diários negativos. Na quarta-feira passada, o governo estendeu a cobrança do imposto para empréstimos de até dois anos. Depois disso, o saldo negativo foi de mais de US\$ 400 milhões por dia, nos dois dias seguintes.

Além das medidas adotadas pelo governo, neste ano o Banco Central já comprou US\$ 29,15 bilhões para ajudar a segurar a cotação do dólar. Esse valor é integrado às reservas internacionais, que somavam US\$ 322 bilhões na segunda-feira.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo pode compensar perda de teles na banda larga		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

GRACILIANO ROCHA

DE PORTO ALEGRE

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse ontem que o **Governo Federal** poderá dar contrapartida financeira para as operadoras de telefonia expandirem a conexão rápida de internet, no PNBL (Plano Nacional de Banda Larga).

Segundo ele, a contrapartida poderia ser paga a empresas que tiverem prejuízos com o aumento da velocidade da internet oferecida.

O PNBL previa inicialmente uma velocidade de 600 Kbps (kilobits por segundo), mas a presidente Dilma Rousseff exigiu a conexão de 1 Mbps (megabit por segundo) pelo mesmo preço, R\$ 35.

Paulo Bernardo disse que o governo avalia uma proposta de fazer uma análise do PNBL a cada 18 ou 24 meses.

Se prejuízos das operadoras forem confirmados na ocasião, o governo injetaria dinheiro. Uma das fontes possíveis seria o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).

"Se não houve custo, eles não vão receber nada, e, se elas lucrarem, vão ter que investir mais", declarou.

Segundo Bernardo, a hipótese de perdas financeiras é remota, porque a disseminação das conexões rápidas vai aumentar os lucros.

O PNBL foi alterado porque o governo considerou defasada a velocidade prevista durante o governo Lula.

O ministro voltou a dizer que o preço da conexão do PNBL poderá ser mais baixo (R\$ 29,80) em Estados que sinalizaram a desoneração do **ICMS** sobre a internet.

Ele disse estar tentando convencer os governadores de que o aumento de domicílios com conexão rápida gera ganho tributário por melhorar a atividade econômica.

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) publicou ontem no "Diário Oficial da União" a prorrogação para 30 de junho a revisão do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e da alteração nos contratos de concessão das empresas.

O governo corre para negociar com as empresas a inclusão no plano da construção de estrutura para banda larga -elas dizem que o plano é restrito à telefonia fixa e não deve incluir internet.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Expansão do <u>PIB</u> perde força em fevereiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mas atividade segue forte, diz economista

MARIANA SCHREIBER

DE SÃO PAULO

A expansão da economia perdeu um pouco de força em fevereiro, mas continua forte e pressionando a inflação, afirmam economistas.

O Banco Central divulgou ontem que o PIB brasileiro cresceu 0,32% em fevereiro na comparação com o mês anterior, alta menor do que a verificada no mês de janeiro (0,71%).

O IBC-br (Índice de Atividade do BC) antecipa a tendência do PIB, divulgado trimestralmente pelo IBGE.

Para o economista-chefe do BES Investimento, Jankiel Santos, a alta menor do IBC-br indica que as medidas tomadas pelo governo desde dezembro para encarecer o crédito e reduzir o consumo estão tendo algum efeito.

Ele prevê, no entanto, expansão maior do PIB em março, com a continuidade do crescimento da produção industrial e a recuperação das vendas do varejo.

O Itaú também destacou em relatório que "os indicadores preliminares de março apontam para crescimento elevado do PIB mensal".

O economista da MB Associados Sérgio Vale não vê desaceleração.

"A média de crescimento mensal do IBC-br ano passado foi de 0,34% e agora cresceu 0,32%, ou seja, está no mesmo ritmo."

As estimativas para o ano são de expansão entre 4% e 4,5%, o que deve manter inflação acima de 6%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO China e <u>Brasil</u> têm posições diferentes na ONU, diz Patriota		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para o chanceler, chineses discordam de aliança com Japão e Índia, com os quais têm desavenças históricas

Manifestação ocorre após Pequim frustrar delegação brasileira e não apoiar entrada no Conselho de Segurança

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu ontem que há diferenças entre Brasil e China em relação à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Segundo ele, essa é a explicação para o fato de o comunicado conjunto por ocasião da visita da presidente Dilma Rousseff ao país não conter um apoio direto da China à pretensão de uma vaga permanente no Conselho, o que frustrou a diplomacia brasileira.

"A China não tem uma posição idêntica à do Brasil sobre a reforma do Conselho de Segurança, ela tem dificuldades com alguns dos candidatos a membros permanentes", afirmou.

Segundo Patriota, o apoio chinês não tem sido mais explícito por causa da estratégia brasileira de se aliar a países que sofrem com a "reserva" de Pequim - casos de Japão e Índia, que também pleiteiam uma vaga.

Além de japoneses e indianos, a campanha internacional do Brasil por uma vaga é feita em coordenação com alemães. Os países formam o chamado G4.

"Desde alguns anos que a China diz que, quando chegar a hora da reforma, de identificar quem poderão ser os novos membros permanentes, o Brasil será um país com óbvias credenciais", disse o chanceler brasileiro.

Patriota fez as declarações um pouco antes de embarcar de Pequim rumo à ilha de Hainan (sul da China), onde a presidente Dilma participará da cúpula dos chamados Brics.

A China vem mantendo a posição oficial de defender uma reforma ampla que não se restrinja ao Conselho de Segurança, do qual é um dos cinco membros permanentes e com direito a veto.

REFORMA ABRANGENTE

Patriota disse que o comunicado conjunto foi uma "boa manifestação" por usar "linguagem afirmativa".

No comunicado, assinado anteontem por Dilma e seu anfitrião, Hu Jintao, os dois governos apoiam uma reforma abrangente da ONU.

Isso inclui o aumento da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança como uma prioridade.

"A China atribui alta importância à influência e ao papel que o Brasil, como maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, tem desempenhado nos assuntos regionais e internacionais, e compreende e apoia a aspiração brasileira de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas", diz o texto.

Segundo diplomatas envolvidos no tema, a grande novidade foi a inclusão do termo "Conselho de Segurança" na declaração.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Governo prepara isenções para tablets		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após anúncio de investimentos bilionários da Foxconn no Brasil, o governo prepara mudança na lei enquadrando os tablets, como o iPad, na categoria de computadores. O objetivo é dar benefícios fiscais à indústria e reduzir o preço ao consumidor.

i\$enções no forno

Governo quer benefícios fiscais para produção de tablets, como o iPad 2. Preço pode cair até 30%

Mônica Tavares, Bruno Rosa e Ronaldo D"Ercole

Na esteira do anúncio de investimentos bilionários da Foxconn no Brasil, o governo prepara uma emenda à Medida Provisória (MP) 517, que deverá ser votada na Câmara logo depois da Páscoa, classificando os tablets como computadores e notebooks, de forma que a indústria usufrua dos benefícios fiscais da legislação - como a Lei do Bem, a Lei de Informática e a **Zona Franca** de **Manaus** - e o consumidor consiga pagar de 20% a 30% menos pelo produto. O tablet é considerado hoje um palmtop, e, por isso, sobre ele incide carga tributária bem mais alta.

Anteontem, durante visita da presidente Dilma Rousseff à China, o milionário taiwanês Terry Gou, fundador da Foxconn, comunicou que Steve Jobs, da Apple, autorizou a empresa a fabricar iPads 2 no **Brasil** a partir de novembro. A empresa também anunciou investimentos de US\$12 bilhões num complexo fabril.

A Lei do Bem isenta os computadores de até R\$4 mil de PIS e Cofins, reduz em 100% o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) dos componentes (equipamentos de informática e automação) e em 50% as obrigações de investimentos em pesquisa e **desenvolvimento**.

O governo quer definir também o Processo Produtivo Básico (**PPB**) dos tablets, que determina o nível mínimo de nacionalização do produto (condição para

acesso aos benefícios). Para isso, a Secretaria do **Desenvolvimento** da **Produção**, do **Ministério** do **Desenvolvimento**, lançou uma consulta pública que termina amanhã. Ela estabelece prazos para a **produção** local de componentes, partes e peças do produto.

A base governista acredita que contará com o apoio da oposição para aprovar os incentivos fiscais, porque garantem mais investimentos. As medidas, segundo cálculos dos parlamentares, deverão significar redução de 25% no preço cobrado dos consumidores. A avaliação do **mercado** é semelhante, a queda não deve ultrapassar os 30%.

Tablet de R\$1.900 custaria R\$1.520

Segundo advogados ouvidos pelo GLOBO, a exata redução no preço dos tablets vai depender de como o produto será incluído no conteúdo nacional. Especialistas em tributação lembram que os valores cobrados vão depender do local de **produção** das peças e dos insumos que terão redução no Imposto de **Importação**.

- Mas é possível imaginar uma queda de, no mínimo, 20% no primeiro ano dos preços cobrados hoje. Essa foi a redução média verificada com os computadores e notebooks - disse um dos advogados de uma empresa de eletroeletrônicos.

Com os benefícios estimados, o tablet Xoom, da Motorola, produzido no país e lançado anteontem por cerca de R\$1.900, custaria R\$1.520. Nos EUA, o iPad 2 de 16 GB, versão 3G e wireless, na cor branca, sai por US\$629,99.

Até o fim de julho, o governo deverá divulgar as normas do **PPB** que estabelecem as condições para que as indústrias possam contar com os benefícios fiscais. Uma vez enquadrados no **PPB**, os produtos de informática têm redução de IPI e mantêm o crédito do IPI

na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, por exemplo.

No caso dos produtos fabricados na **Zona Franca**, há redução de 88% do Imposto de **Importação** dos insumos, isenção do IPI do bem final, redução de 75% do Imposto de Renda, isenção da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nas operações internas e restituição entre 55% e 100% - dependendo do projeto - do **ICMS** sobre transporte e comunicação.

A isenção da cobrança de PIS e Cofins para modems e a redução a zero da alíquota de IPI para vários equipamentos de rede de telecomunicações também constam da MP 517, editada no fim do governo Lula.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) recebeu com "reservas" o anúncio de investimentos da Foxconn. A entidade vê como improvável a intenção de criar 100 mil empregos no país com o projeto dos tablets, já que todo o parque da

indústria elétrica e eletrônica brasileira emprega 175 mil pessoas.

José Jorge Ramos, presidente da seção brasileira da International Society of Automation (ISA), entidade americana que reúne profissionais de automação, destaca ainda que a intenção de criar no país 15 mil vagas para engenheiros e outras 15 mil para técnicos é um sonho, pois essa mão-de-obra inexistente no Brasil.

- Aqui não tem esses profissionais. O que eles vão fazer, trazer da China?

O valor do investimento também impressionou especialistas. Os US\$12 bilhões seriam suficientes para se construir quatro fábricas de semicondutores, um sonho antigo do governo e da indústria eletroeletrônica.

- Não consigo fechar a conta - diz Humberto Barbato, sobre os números apresentados à presidente Dilma.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Foxconn quer ir 'onde o <u>mercado</u> está'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente da empresa já criticou país em entrevista

TAIPÉ, WASHINGTON e RIO. A Foxconn, que produz produtos da Apple como iPhone e iPad, confirmou ontem em comunicado que está buscando oportunidades de investimento no Brasil, seguindo sua estratégia de "ir onde o mercado está". A empresa divulgou a decisão em comunicado com procedência de Taiwan, um dia depois do anúncio feito a presidente Dilma Rousseff que a companhia estuda investir US\$12 bilhões no Brasil.

O comunicado não dá detalhes sobre investimentos e informa apenas que o Brasil tem "tremendo potencial de desenvolvimento econômico" e está "estrategicamente posicionado para atender às necessidades dos mercados em crescimento de toda América Latina".

Mas o presidente da Foxconn, Terry Gou, que anteontem anunciou os planos para o Brasil a Dilma, criticou os custos da produção no país em uma entrevista de três horas, em setembro do ano passado, ao "Wall Street Journal".

De acordo com o jornal americano, na ocasião Gou chegou a ridicularizar a capacidade de o país competir com a China em termos de produção industrial: "O salário dos trabalhadores brasileiros é muito alto. Mas os brasileiros, assim que escutam a palavra "futebol", param de trabalhar. E tem ainda as danças. É uma loucura... Então, o Brasil é bom (como lugar para produzir) para o mercado local. O Brasil tem ótimos minerais. E eles têm o grande Rio Amazonas, então há boas hidrelétricas. Mas se você quiser enviar produtos aos EUA, leva mais tempo e mais dinheiro enviar do Brasil (do que da China)".

O texto do "WSJ" ressalta, porém, que a mão de obra brasileira não foi a única a não conseguir

impressionar Gou - cuja empresa, só em 2010, registrou 12 suicídios devido a más condições de trabalho. O empresário também fez críticas a Índia e Rússia e chegou a dizer que apostava bilhões de dólares no interior da China como a melhor alternativa às tradicionais áreas industriais do país, como Shenzhen.

Apesar dos comentários de Gou, a Investe São Paulo, agência do governo paulista responsável pela atração e expansão de investimentos no estado, afirmou ontem que, desde abril de 2010, vem negociando com a Foxconn a instalação de uma nova fábrica da gigante em território paulista. A agência, no entanto, não deu mais detalhes sobre o tipo de investimento que será realizado devido ao protocolo de intenções assinado com a empresa, que prevê confidencialidade.

Uma fonte na empresa taiwanesa disse que a companhia anunciará, até o fim do mês, os planos de investimento que envolvem a Apple no Brasil. Segundo a fonte, os objetivos iniciais da empresa são a fabricação de displays para os produtos da americana em Manaus, onde há mais subsídios por causa da Zona Franca.

Já a produção do iPad 2 ficaria em São Paulo, onde os concorrentes estão iniciando a fabricação de seus tablets. A Samsung fabrica o Galaxy em Campinas. A LG produzirá o One em Taubaté nas próximas semanas. E a Motorola optou por Jaguariúna para o Xoom. Procurada, a Foxconn não comentou os rumores.

- Essa é a ideia inicial. Mas pode haver alguma mudança. Além do iPad 2, ainda há um estudo para ver se é possível produzir o iPhone, mas sobre isso ainda não há uma decisão definitiva - disse essa fonte.

Já o empresário Eike Batista afirmou que não desistiu de trazer para o Rio de Janeiro a fábrica da Foxconn. Ele disse que quer trazer a fábrica do iPad para o estado, apesar de as negociações estarem mais avançadas em São Paulo.

- Eu não desisto nunca. É preciso fazer no Brasil para que possamos comprar coisas a preços mais baixos - afirmou ao GLOBO.

Para tratar da possibilidade de se instalar a fábrica da Foxconn no Porto do Açu, no Estado do Rio, Eike vai se encontrar com representantes de empresas no próximo mês na Califórnia.

- Gosto de ser provocador de novas ideias. A Apple usa várias montadora, não apenas a Foxconn - destacou Eike. (Bruno Rosa e Ramona Ordoñez, com agências internacionais)

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO i\$enções no forno		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		ENFOQUE DE INTERESSE

Governo quer benefícios fiscais para produção de tablets, como o iPad 2. Preço pode cair até 30%

Mônica Tavares, Bruno Rosa e Ronaldo D"Ercole

Na esteira do anúncio de investimentos bilionários da Foxconn no Brasil, o governo prepara uma emenda à Medida Provisória (MP) 517, que deverá ser votada na Câmara logo depois da Páscoa, classificando os tablets como computadores e notebooks, de forma que a indústria usufrua dos benefícios fiscais da legislação - como a Lei do Bem, a Lei de Informática e a **Zona Franca** de **Manaus** - e o consumidor consiga pagar de 20% a 30% menos pelo produto. O tablet é considerado hoje um palmtop, e, por isso, sobre ele incide carga tributária bem mais alta.

Anteontem, durante visita da presidente Dilma Rousseff à China, o milionário taiwanês Terry Gou, fundador da Foxconn, comunicou que Steve Jobs, da Apple, autorizou a empresa a fabricar iPads 2 no **Brasil** a partir de novembro. A empresa também anunciou investimentos de US\$12 bilhões num complexo fabril.

A Lei do Bem isenta os computadores de até R\$4 mil de PIS e Cofins, reduz em 100% o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) dos componentes (equipamentos de informática e automação) e em 50% as obrigações de investimentos em pesquisa e **desenvolvimento**.

O governo quer definir também o Processo Produtivo Básico (**PPB**) dos tablets, que determina o nível mínimo de nacionalização do produto (condição para acesso aos benefícios). Para isso, a Secretaria do **Desenvolvimento** da **Produção**, do **Ministério** do **Desenvolvimento**, lançou uma consulta pública que termina amanhã. Ela estabelece prazos para a **produção** local de componentes, partes e peças do produto.

A base governista acredita que contará com o apoio da oposição para aprovar os incentivos fiscais, porque garantem mais investimentos. As medidas, segundo cálculos dos parlamentares, deverão significar redução de 25% no preço cobrado dos consumidores. A avaliação do **mercado** é semelhante, a queda não deve ultrapassar os 30%.

Tablet de R\$1.900 custaria R\$1.520

Segundo advogados ouvidos pelo GLOBO, a exata redução no preço dos tablets vai depender de como o produto será incluído no conteúdo nacional. Especialistas em tributação lembram que os valores cobrados vão depender do local de **produção** das peças e dos insumos que terão redução no Imposto de **Importação**.

- Mas é possível imaginar uma queda de, no mínimo, 20% no primeiro ano dos preços cobrados hoje. Essa foi a redução média verificada com os computadores e notebooks - disse um dos advogados de uma empresa de eletroeletrônicos.

Com os benefícios estimados, o tablet Xoom, da Motorola, produzido no país e lançado anteontem por cerca de R\$1.900, custaria R\$1.520. Nos EUA, o iPad 2 de 16 GB, versão 3G e wireless, na cor branca, sai por US\$629,99.

Até o fim de julho, o governo deverá divulgar as normas do **PPB** que estabelecem as condições para que as indústrias possam contar com os benefícios fiscais. Uma vez enquadrados no **PPB**, os produtos de informática têm redução de IPI e mantêm o crédito do IPI na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, por exemplo.

No caso dos produtos fabricados na **Zona Franca**, há redução de 88% do Imposto de **Importação** dos insumos, isenção do IPI do bem final, redução de 75% do Imposto de Renda, isenção da contribuição para o

PIS/Pasep e da Cofins nas operações internas e restituição entre 55% e 100% - dependendo do projeto - do **ICMS** sobre transporte e comunicação.

A isenção da cobrança de PIS e Cofins para modems e a redução a zero da alíquota de IPI para vários equipamentos de rede de telecomunicações também constam da MP 517, editada no fim do governo Lula.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) recebeu com "reservas" o anúncio de investimentos da Foxconn. A entidade vê como improvável a intenção de criar 100 mil empregos no país com o projeto dos tablets, já que todo o parque da indústria elétrica e eletrônica brasileira emprega 175 mil pessoas.

José Jorge Ramos, presidente da seção brasileira da International Society of Automation (ISA), entidade americana que reúne profissionais de automação,

destaca ainda que a intenção de criar no país 15 mil vagas para engenheiros e outras 15 mil para técnicos é um sonho, pois essa mão-de-obra inexistente no Brasil.

- Aqui não tem esses profissionais. O que eles vão fazer, trazer da China?

O valor do investimento também impressionou especialistas. Os US\$12 bilhões seriam suficientes para se construir quatro fábricas de semicondutores, um sonho antigo do governo e da indústria eletroeletrônica.

- Não consigo fechar a conta - diz Humberto Barbato, sobre os números apresentados à presidente Dilma.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Começa revisão das relações Brasil-China		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segunda economia do mundo, em uma histórica arrancada de crescimento elevado e ininterrupto de três décadas, a China é um parceiro a ser cortejado. Para o Brasil, tem sido essencial. Foi sua voracidade continuada por matérias-primas - alimentos, minérios - que resgatou a economia brasileira em meio ao mais longo ciclo de expansão mundial de que se tem notícia, recém-encerrado, e permitiu ao país atingir o status inédito de credor externo, inclusive do FMI.

A China é um parceiro-chave, mas, como qualquer outro de peso, não funciona como entidade filantrópica. Se os chineses puderem garantir o suprimento de minério e soja e, em troca, entulhar o mercado interno brasileiro de bens manufaturados, o farão. Na Era Lula, tempos em que ideologia tinha grande peso na política externa, a China chegou a ser confundida em Brasília como aliada num hipotético conflito contra os "ricos". Chegou a ser prometido que o Brasil reconheceria a China como "economia de mercado" na Organização Mundial do Comércio (OMC), para facilitar a entrada dos chineses na instituição. Felizmente, ainda falta formalizar esse reconhecimento, mantido como um trunfo brasileiro na relação bilateral.

Não passava de ilusão aquela aliança para enfrentar o Primeiro Mundo nos diversos fóruns. A China sabe que foi construída entre ela e os Estados Unidos grande interdependência, e isso ficou evidente na visita de janeiro, com pompa e cerimônia, do presidente Hu Jintao a Barack Obama, em Washington. Ali ficou claro existir um "G-2".

A presidente Dilma Rousseff, na agenda que cumpre em Pequim, a segunda viagem do seu ainda curto governo - a primeira foi à Argentina -, demonstra entender um ponto-chave da diplomacia: pragmatismo. E conseguiu avanços, para se começar a alterar a

qualidade das relações comerciais entre os dois países. Não é saudável que 83,7% do que exportamos sejam matérias-primas, enquanto 97,5% do que importamos da China constituam produtos manufaturados. A presidente foi direto ao ponto: "Nenhum país pode aspirar ao isolamento nem assegurar sua prosperidade a expensas de outros", discursou Dilma na terça. Na frase cabem o desequilíbrio no comércio bilateral - embora tenhamos superávit de US\$5 bilhões - e mesmo a política chinesa de câmbio artificialmente desvalorizado. O saldo da viagem, a julgar por acordos e assuntos encaminhados, é positivo: a operação da Embraer na China será descongelada; anunciam-se investimentos chineses para produzir no Brasil produtos eletrônicos (iPad2) e componentes, assim como na área da tecnologia de informação; e alguns poucos frigoríficos brasileiros começarão a exportar carne suína para lá. No plano estrito da diplomacia, reafirmou-se o apoio ao status chinês de "economia de mercado" - o assunto continua como trunfo nas mangas do Itamaraty -, e o Brasil ganhou uma declaração mais explícita que a de Barack Obama de apoio ao projeto do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Nada mal.

O problemático começa agora: o Brasil fazer o dever de casa a fim de aproveitar espaços abertos no mercado chinês para produtos manufaturados. Volta-se, assim, a uma agenda conhecida: altos impostos, infraestrutura precária e mão de obra mal preparada devido à má qualidade do ensino público básico. O sucesso da viagem pressiona por soluções de problemas conhecidos há tempos.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO ZERO HORA		EDITORIA
	TÍTULO Samsung pode ter planta naval no RS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Contatos de aproximação entre a gigante e o Estado começaram em 2009

O vice-presidente de Novos Negócios da Samsung, Benjamin Sicsú, disse ontem em Porto Alegre que a empresa está buscando lugares no Brasil para novos investimentos na indústria naval. Reunido com o governador Tarso Genro, o executivo mostrou entusiasmo com a possibilidade de investir no Rio Grande do Sul – embora tenha ressaltado que não há nenhuma proposta concreta em negociação.

A reunião, segundo Sicsú, serviu para fortalecer um movimento de aproximação, iniciado em 2009, entre a empresa e o Estado. O contato será estreitado entre maio e junho próximos, quando Tarso fará um roteiro de uma semana pela Coreia do Sul, sede da multinacional.

– Já temos um bom investimento naval em Pernambuco, mas a demanda do Brasil indica que podemos ter mais de um polo de fabricação. É uma área onde temos crescido muito no país – disse o executivo.

Sicsú saiu confiante da reunião. Segundo o vice-presidente, a empresa espera aproveitar o bom momento da economia brasileira expandindo ainda mais sua atuação. Em 2003, a Samsung tinha 300 funcionários no Brasil e um faturamento de US\$ 300 milhões. No ano passado, saltou para US\$ 5 bilhões e 8 mil empregados.

– Senti muita firmeza e solidez por parte do governo. Tenho certeza de que teremos mais reuniões. Mas essas coisas não são como ir ao cinema, são decisões mais demoradas – advertiu.

Maior fabricante mundial de plataformas e sondas de perfuração para a camada pré-sal, a Samsung construiu dois navios de prospecção para a Petrobras entre 2008 e 2010, a um custo aproximado de US 1,4 bilhão. No Brasil, a empresa atua em duas unidades industriais focadas em eletroeletrônicos. Sicsú não descartou novos investimentos produtivos na área, mas

considerou a concentração na Zona Franca de Manaus (AM) e em Campinas (SP) “difícil de romper”.

O secretário de Desenvolvimento do Estado, Mauro Knijnik, confirmou a intenção da Samsung em investir em uma nova planta naval no Brasil.

– Eles fornecem know-how a alguns polos navais do país. Agora, pretendem botar um estaleiro sozinhos e vão fazer esse investimento. Mas não mencionaram o tamanho – afirmou Knijnik.

Terminal de regaseificação espera por licença ambiental

Na terça-feira, um grupo de técnicos da Samsung esteve em Rio Grande para conhecer os projetos do terminal de regaseificação de GNL (gás natural) e de uma usina termelétrica, uma associação do grupo Bolognesi com o Fundo de Investimentos da Caixa. A empresa sul-coreana mostrou interesse em fornecer tecnologia para os dois empreendimentos, avaliados em US\$ 1,3 bilhão.

De acordo com o prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, a possibilidade de investimento na área naval não entrou na pauta do encontro.

– Não tocamos nesse assunto. Seria uma novidade – revelou.

Chefiada pelo gerente Dongho Kim, a comitiva conheceu o terminal portuário e identificou fornecedores e prestadores de serviço na cidade. O terminal de regaseificação, segundo Branco, aguarda apenas a licença ambiental para começar a ser construído.

Colaborou Guilherme Mazui

FLÁVIO ILHA

No Brasil

- A Samsung instalou a primeira fábrica em 1986, na Zona Franca de Manaus, onde concentra a

fabricação de televisores, DVDs, celulares e câmeras fotográficas.

- Tem também um complexo industrial em Campinas, especializado em tablets, monitores e impressoras.

- Em 2010, faturou US\$ 5 bilhões – convertido em reais, crescimento de 32% sobre o ano anterior.

- Líder no mercado brasileiro de TVs de tela fina, blu rays e celulares.

- Pioneira na fabricação de tablets no Brasil.

- Também foi a primeira empresa a fabricar no país televisores com tecnologia 3D e celulares com acesso à internet.

- O Brasil também foi o primeiro país a fabricar impressoras multinacionais da marca fora da Ásia.

I Em 2010, a empresa investiu mais de US\$ 100 milhões no Brasil – quinto mercado mundial em faturamento da marca sul-coreana.

- A Samsung instalou a primeira fábrica em 1986, na Zona Franca de Manaus, onde concentra a

fabricação de televisores, DVDs, celulares e câmeras fotográficas.

- Tem também um complexo industrial em Campinas, especializado em tablets, monitores e impressoras.

- Em 2010, faturou US\$ 5 bilhões – convertido em reais, crescimento de 32% sobre o ano anterior.

- Líder no mercado brasileiro de TVs de tela fina, blu rays e celulares.

- Pioneira na fabricação de tablets no Brasil.

- Também foi a primeira empresa a fabricar no país televisores com tecnologia 3D e celulares com acesso à internet.

- O Brasil também foi o primeiro país a fabricar impressoras multinacionais da marca fora da Ásia.

- Em 2010, a empresa investiu mais de US\$ 100 milhões no Brasil – quinto mercado mundial em faturamento da marca sul-coreana.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA		EDITORIA
	TÍTULO Relatório é apresentado, mas MP do seguro habitacional será discutida na terça		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reportagem - Eduardo Piovesan // Edição - Marcos Rossi

Diógenis SantosWellington Fagundes só acrescentou à MP a construção de portos no rio Araguaia.

O relator da Medida Provisória 513/10, deputado Wellington Fagundes (PR-MT), apresentou, nesta quarta-feira, seu projeto de lei de conversão para a MP, que autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH).

A MP trata também de vários outros temas, como a doação de cédulas ao Haiti e a subvenção ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) para empréstimos a microempresas de cidades atingidas por chuvas em Alagoas e Pernambuco.

Um acordo de lideranças permitiu a leitura do relatório nesta quarta-feira sem obstrução, contanto que a discussão da matéria não fosse encerrada. Entretanto, devido ao esvaziamento do plenário, a discussão foi transferida para a próxima terça-feira (19).

Sinistros

Segundo o governo, o uso do fundo para assumir os contratos de seguro do SFH é a única solução para cerca de 450 mil mutuários que estão sem cobertura para os sinistros de morte e invalidez permanente e danos físicos aos imóveis.

A MP 478/09, cuja vigência acabou em junho de 2010, previu a extinção desse seguro com a perspectiva de que esses mutuários migrassem para o setor privado. Mas isso não ocorreu por se tratar de contratos que, em sua maioria, são antigos, com risco de sinistro maior e, por essa razão, a apólice ficaria mais cara.

Com essa solução, o FCVS fará a cobertura dessas apólices antigas, muitas de mutuários prejudicados pelas enchentes em cidades de Alagoas e Pernambuco.

Microempresas

Ainda em decorrência dos desastres naturais ocorridos no ano passado nos estados de Pernambuco e Alagoas, a MP 513/10 autoriza a União a conceder subvenção econômica ao **BNDES** para que este conceda juros menores nos empréstimos destinados a microempresários dos municípios com estado de calamidade pública ou emergência declarados.

Os empréstimos beneficiados com a medida são os das modalidades de capital de giro e de investimento e limitados ao valor global de R\$ 600 milhões. As contratações devem ocorrer até 31 de maio de 2011.

Moeda do Haiti

Como parte da ajuda humanitária brasileira ao Haiti, atingido por terremoto em janeiro de 2010, a MP 513/10 autoriza a Casa da Moeda do **Brasil** (CMB) a doar cem milhões de cédulas àquele país.

As cédulas de 20 gourdes (equivalentes a 0,5 **dólar**) serão fabricadas pela Casa da Moeda a um custo total limitado em R\$ 4,8 milhões. A CMB também será responsável pelo transporte.

Segundo o governo, os fornecedores da empresa colaboraram com a doação de insumos e descontos significativos para que o custo total baixasse de R\$ 10,7 milhões (fora o transporte) para R\$ 3,8 milhões.

A necessidade de moeda circulante no Haiti ocorre porque o terremoto do ano passado atingiu diversos bancos, soterrando o dinheiro e provocando também um descontrole sobre a quantidade disponível na economia.

Plano de viagem

As mudanças de Wellington Fagundes concentraram-se no Plano Nacional de Viação (PNV), no qual a MP inclui um porto para o polo industrial de **Manaus**.

Fagundes acrescentou outros portos em cidades pelas quais passa o rio Araguaia para aproveitar a hidrovia Araguaia-Tocantins.

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC		EDITORIA
	TÍTULO MDIC divulga relatório inédito sobre investimentos chineses no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresas chinesas anunciaram investimentos de US\$ 37,1 bilhões no Brasil, totalizando 86 operações em novos negócios ou fusões e aquisições, no período entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011. O levantamento é da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) da Secretaria de Desenvolvimento (SDP) da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que divulga relatórios semestrais de investimentos anunciados no Brasil mas, pela primeira vez, fez uma análise detalhada dos anúncios chineses.

No período analisado, o setor de metais - incluídas as atividades de extração e de metalurgia - recebeu a maior parte dos anúncios de investimento (56,5 %), seguido pelos segmentos de petróleo, gás e carvão (28 %), energia elétrica (5,2%), automotivo (4 %) e logística de transportes (1,9 %).

Por unidade da federação, o Rio de Janeiro foi o principal estado a ter investimentos chineses divulgados (20%), com destaque nas áreas de petróleo e gás e metalurgia. Com relação aos investimentos que abrangem mais de um estado, o conjunto SP/RJ/ES foi o destaque, com 19,2% de participação.

Regiões

O levantamento da Renai contemplou também uma análise por região, sendo que o Sudeste foi o destaque como destino dos investimentos anunciados (67,1%), além de ter também uma participação conjunta de 11,7% com outras regiões, Sudeste/Nordeste (7,0%) e Sudeste/Centro-Oeste (4,7%). Considerando apenas os investimentos destinados ao Sudeste, os setores de metais e petróleo, gás e carvão corresponderam a 94,15% do volume anunciado. No total, foram 23 operações divulgadas.

Na Região Norte, os principais anúncios foram para os setores de metais (67,5%), duas rodas (20,5%) e eletroeletrônicos (9,7%), num total de 35 anúncios. No Nordeste, os investimentos chineses anunciados foram destinados, principalmente, aos setores de metais (75,9%) e alimentação e fumo (14,5%). O número de projetos chineses previstos para essa região chegou a nove. Para o Sul, foram anunciados três projetos, sendo a maior participação para o setor de energia elétrica (91,3%).

2010

A maior parte dos anúncios mapeados pela Renai deu-se a partir do segundo semestre de 2009, até o final do ano passado, sob a forma de aquisições de participação, em setores ligados à extração e à **produção** de matérias-primas, como petróleo e gás e mineração, além de infraestrutura. Em 2010, especificamente, os investimentos chineses anunciados no **Brasil** totalizaram US\$ 17,17 bilhões, sendo US\$ 4,08 bilhões em novos investimentos e US\$ 13,09 bilhões em operações de aquisição.

Segundo o coordenador da Renai, Eduardo Celino, desse total, US\$ 14,34 bilhões estão ligados a commodities (petróleo e gás e metais), o que evidencia a estratégia chinesa de garantir autofornecimento de matérias-primas. Os US\$ 2,88 bilhões restantes destinam-se aos setores de infraestrutura - transmissão de energia elétrica - e de produtos manufaturados, como automóveis e máquinas e equipamentos.

Dentre os setores identificados, o de petróleo é o que recebeu o maior volume de anúncios - US\$ 10,17 bilhões. Nos outros setores de commodities, os investimentos anunciados alcançam cerca de US\$ 4 bilhões em mineração e US\$ 300 milhões ligados ao agronegócio (soja).

Tabelas: "Investimentos chineses no Brasil por região" e "Principais estados de destino dos investimentos chineses".

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governos estaduais disputam atração de novo complexo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

André Borges | De Brasília

O mercado reagiu com reticência ao anúncio da Foxconn, que prometeu investimentos de R\$ 12 bilhões no país e a contratação de 100 mil funcionários. O diretor de uma grande multinacional eletrônica chegou a classificar o anúncio de "farsa". "Todo mundo tem direito aos seus dez minutos de fama, mas a verdade é que esses números não fazem o menor sentido", disse.

Faltam muitas explicações sobre a viabilidade da montagem da "cidade digital" no país. Segundo analistas, a fabricação de equipamentos da Apple no Brasil não justifica qualquer proximidade com os investimentos prometidos pelos chineses à presidente Dilma Rousseff.

Para efeito de comparação, basta tomar o polo industrial de Manaus. A Zona Franca, que concentra fábricas de grandes companhias de tecnologia, tem 100 mil trabalhadores. Ou seja, a Foxconn teria de criar sozinha, no prazo de seis anos, uma nova Zona Franca.

Além dos produtos da Apple, os projetos da Foxconn estariam relacionados à produção de telas de cristal líquido. É um segmento no qual dois gigantes coreanos têm feito movimentos no país: a Samsung e a LG. A primeira chegou ao país em 1986. A segunda, em 1996. Com diversas fábricas no Brasil, elas produzem

vários equipamentos, incluindo as telas de LCD. Juntas, têm cerca de 16 mil funcionários e fizeram investimentos, somados, de US\$ 2 bilhões desde que chegaram ao país.

Embora a fábrica da Foxconn em Jundiaí (SP) seja a mais bem cotada na bolsa de especulações para receber a prometida "cidade digital", ainda estão no páreo o governo mineiro e o Amazonas. Joga contra Manaus o fato de os equipamentos da Apple serem amparados pela Lei de Informática, que prevê isenção fiscal para os equipamentos, independentemente de onde sejam produzidos. Também pesa a distância do Sudeste, o maior mercado consumidor. "Sabemos que nossas chances são pequenas, mas estamos no páreo", disse ao Valor o secretário da Fazenda do Amazonas, Isper Abraham. "Estamos em contato com a empresa e temos vantagens a apresentar." O governo mineiro não comentou o assunto.

Em nota, a Investe São Paulo, agência do governo paulista responsável pela atração de investimentos, informou que negocia a instalação de uma nova fábrica da Foxconn desde abril de 2010.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Inflação assusta e BC abre diálogo com <u>Ministérios</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A persistência da inflação dos alimentos colocou o Banco Central em alerta e o levou a criar um grupo especial para monitorar de perto a variação dos preços das commodities e dos alimentos básicos. O Valor apurou que o presidente do BC, Alexandre Tombini, mobilizou, na quinta-feira passada, um grupo de especialistas do governo para aprofundar o debate e avaliar as tendências da inflação dos alimentos. Ele já recebeu no BC o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, e sua equipe para discutir o tema. E mantém conversas com técnicos da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário.

Na reunião no BC, a primeira de uma série programada, a avaliação geral indicou uma "forte pressão de demanda" sem a devida resposta na elevação da oferta de alimentos. Houve consenso de que os preços devem ceder em maio, mas tendem a voltar a subir bastante no segundo semestre. O que mais assustou o BC foi a constatação de que há uma alta disseminada nos alimentos, com vários produtos subindo ao mesmo tempo. Estão no radar do BC o monitoramento de commodities como soja, milho, café e algodão, além de produtos básicos como arroz, feijão e hortigranjeiros. O "sinal vermelho" acendeu, segundo as avaliações, porque os preços já estão em alta desde 2010 e a expectativa de que recuariam em fevereiro não se confirmou.

O mundo está consumindo cada vez mais alimentos e, por isso, os preços das commodities mudaram de padrão e não devem mais voltar aos níveis anteriores, concluiu-se na reunião.

A piora das expectativas de inflação leva o mercado a prever que o Banco Central fará novo aumento da taxa básica de juros na próxima semana. De 31 instituições consultadas pelo Valor, oito acreditam que o Comitê de Política Monetária (Copom) elevará a Selic em apenas 0,25 ponto percentual - estão nesse grupo as maiores instituições financeiras do país. Outras

23 acreditam que haverá uma repetição da dose mais forte de março, com aumento de 0,50 ponto na taxa.

Essa divisão de opiniões, que reflete a dúvida sobre a atual política monetária do BC, está estampada também na curva de juros futuros. No fechamento do pregão de ontem da BM&F, os contratos mostravam 30% de probabilidade de alta da Selic em 0,25 ponto e 70% de 0,50 ponto.

Inflação dos alimentos coloca BC em estado de alerta

Mauro Zanatta | De Brasília

A persistência da inflação dos alimentos colocou o Banco Central em alerta. O cenário de pressão de demanda, estoques mundiais reduzidos e incertezas no mercado internacional levaram a instituição a criar um grupo especial para monitorar de perto a variação dos preços das commodities e dos alimentos básicos.

O presidente do BC, Alexandre Tombini, mobilizou, na quinta-feira passada, um grupo de especialistas do governo para aprofundar o debate e avaliar as tendências da inflação dos alimentos, apurou o Valor. Na sede do BC, ele recebeu o ministro Wagner Rossi e sua equipe para discutir os fundamentos desse fenômeno. E vem mantendo conversas com técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário, responsável pela agricultura familiar.

Na reunião, que durou uma hora e meia, avaliou-se que há uma "forte pressão de demanda" sem a devida resposta imediata da elevação da oferta de alimentos. Os preços devem ceder em maio, segundo o consenso dos participantes do encontro no BC. Mas tendem a voltar com força no segundo semestre do ano, a partir de agosto ou setembro.

O que mais assustou o BC - responsável pelo cumprimento da meta de inflação - foi a constatação de que há alta disseminada dos preços dos alimentos.

Vários produtos agropecuários subiram ao mesmo tempo, com impacto substancial no índice de inflação, já que 22% do IPCA é composto por esse grupo. Estão no radar do BC o **monitoramento** de commodities, como soja, milho, café e algodão, além de produtos básicos, como arroz, feijão e hortigranjeiros.

No encontro, primeiro de uma série programada, o grupo avaliou que a demanda segue em alta, a oferta bateu no "teto" e um equilíbrio entre ambos deve demorar. Além disso, os estoques são reduzidos em todo o mundo. Por isso, o recuo dos preços no médio prazo não será substancial. As cotações devem ceder, mas voltarão a subir em seguida. O "sinal vermelho" acendeu, segundo as avaliações, porque os preços estão em alta desde 2010 e a esperança de que recuariam em fevereiro não se materializou.

Produtos como milho, café, soja e algodão estão com preços acima da média histórica. O trigo subiu menos, mas ainda assim encareceu bastante, e a **produção** interna será insuficiente neste inverno. No caso do arroz, mesmo com as cotações em baixa, há tendência de carestia no segundo semestre. O feijão continua muito instável, volátil, dependendo do impacto das chuvas nas lavouras. Em 2010, ficou caro, porque as chuvas atrapalharam o fluxo das três safras.

Os hortigranjeiros também sofreram com as chuvas. As principais regiões produtoras tiveram perdas sensíveis. Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, região serrana do Rio e Santa Catarina tiveram precipitações bem acima da média, o que reduziu a oferta e encareceu a **produção**.

No etanol, cuja cotação disparou nas usinas e ao consumidor, há uma tendência de recuo imediato. Mas o problema voltará a aparecer quando vier a entressafra, em novembro ou dezembro.

Os preços internacionais estão em picos históricos, embalados pela demanda, enquanto a oferta não acompanhou. A situação é considerada delicada em razão de várias incertezas no **mercado** externo, como, por exemplo, o tamanho e a destinação da safra de milho nos EUA. Os americanos devem despejar a safra na **produção** de etanol. Além disso, a China passou a ser grande **importador** de milho e o **Brasil** é dos poucos que podem atender à demanda. A pressão sobre as cotações do grão impacta os preços das carnes, sobretudo de frango e suínos, alimentados com a ração de milho.

Outra incerteza é a alteração no fluxo de investimentos dos "hedge funds", que têm aumentado as aplicações em commodities. Há uma "irrigação especulativa" que aumenta preços. A guerra na Líbia pressiona as cotações do petróleo. Não menos **importante** é o desastre nuclear no Japão, que contaminou águas e lavouras. Isso pode elevar a demanda externa por arroz, ameaçando a **importação** da Argentina ou do Uruguai a preços baixos.

O mundo está consumindo cada vez mais alimentos e, por isso, os preços das commodities mudaram de padrão, concluiu-se na reunião do BC, e não devem mais voltar aos níveis anteriores. Assim como a **produção** brasileira de grãos, fibras e cereais deve permanecer acima das 150 milhões de toneladas. Uma solução seria um "choque de crédito" para incentivar mais a **produção** interna.

A venda dos estoques públicos e desonerações da **importação** de milho e trigo também seriam alternativas. Além disso, pode-se formar estoques públicos em regiões mais consumidoras, como o Nordeste, e baratear capital de giro para estocagem privada e industrialização da **produção** via cooperativas da agricultura familiar.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO China e <u>Brasil</u> negociam de novo em maio		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De Pequim

Satisfeitas com os resultados da primeira etapa da visita da presidente Dilma Rousseff à China, concluída ontem em Pequim, as autoridades brasileiras já preparam para iniciar em maio uma segunda etapa de negociação com os chineses, que tratará das barreiras ao comércio e planos de investimento entre os países. Os chineses são mais objetivos que os Estados Unidos no tratamento das questões bilaterais, afirmou ao Valor o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel.

"Com o presidente [dos Estados Unidos, Barack] Obama, havia mais empatia, entendíamos o inglês, houve um clima afável", comentou ele. "Na China compensam as dificuldades da tradução com um protocolo ultrasofisticado, mas o presidente [chinês] Hu Jintao teve uma objetividade que o Obama não teve", comparou o ministro. "Com Obama houve empatia, mas não resultado; com Hu Jintao não se criou aquele clima familiar, mas teve resultado."

A segunda fase de discussões com a China envolverá a ida ao Brasil de algumas das principais autoridades do país: o ministro do Comércio, Chen Demin, chefiará em maio uma missão comercial e a delegação chinesa na reunião da Comissão Econômica e Financeira Brasil-China. No segundo semestre, o Brasil receberá a visita do vice-primeiro ministro, Wang Qishang, que participará da Comissão de Alto Nível Brasil-China (Cosban). A reunião da Cosban vinha sendo adiada pelos chineses e é interpretada pelo governo brasileiro como compromisso da China em estreitar a relação com o Brasil e tentar eliminar atritos bilaterais. "Trataremos das questões como as tarifas contra produtos manufaturados brasileiros, investimentos brasileiros em siderúrgicas chinesas e outros temas pontuais", disse ao Valor o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota.

"Se examinarmos as questões que colocamos aos chineses, elas já produziram resultados, como a liberação de importação de carne suína e compra de aviões da Embraer", citou Patriota, para justificar o otimismo do governo brasileiro, que obteve, na China, a promessa formal do presidente Hu Jintao de esforço para aumentar o valor agregado das importações de produtos brasileiros. "Na visita que fizemos em janeiro, eles disseram que fariam um esforço, e fizeram", argumentou.

Nem tudo é harmonia, porém. A reunião de maio deverá servir também para discutir a crescente pressão dos empresários brasileiros contra produtos chineses, que já são objeto de nove pedidos de salvaguardas (sobretaxas e cotas) a serem analisados em breve pelo Ministério do Desenvolvimento.

Embora não tenha tratado diretamente das queixas da indústria siderúrgica brasileira sobre as dificuldades em investir na China, o governo chinês "entendeu o recado", diz o ministro PIMentel, que também avalia como "muito bom" o resultado da visita. "A ideia básica da presidenta Dilma, com a qual eles concordaram, é que daqui pra frente o relacionamento tem de ter reciprocidade", disse. "Significa que se não pode abrir siderúrgica aqui não pode abrir lá também não, por exemplo."

PIMentel contou ao Valor que Hu Jintao "foi direto ao ponto" e tomou a iniciativa de anunciar a decisão de compra de 35 aviões da Embraer assim que Dilma mencionou, de passagem, a Embraer como exemplo de cooperação entre os dois países. Os chineses vinham relutando em autorizar a compra de aviões da empresa e o uso, na construção de outro tipo de aeronave, da fábrica originalmente criada na China pela Embraer e pela chinesa Avic para fabricação do ultrapassado EMB 145. A fábrica foi autorizada a montar jatos executivos e PIMentel, otimista, crê que, em maio, os governos

poderão falar em encomendas adicionais às anunciadas nesta semana.

"A Embraer vê demanda para até 80 aviões EMB 190; eles devem autorizar aos poucos", espera o ministro. Ao reconhecer a demora dos chineses no atendimento dos pedidos brasileiros, **PIM**entel contou seu diálogo com o ministro Chen Demin, em reunião na terça-feira. "Vocês têm de entender que as coisas na China são demoradas", alertou Demin. "Mas sua economia está crescendo bem rapidamente", respondeu o brasileiro. "Estou falando de decisão, não de **produção**", esclareceu o chinês.

O diálogo terminou em risos quando **PIM**entel presenteou Demin com a camisa da seleção brasileira, autografada pelo jogador Robinho. "Sabe o simbolismo da camisa? É para jogarmos no mesmo time", disse **PIM**entel a Demin.

"No fundo, a competição da China, se soubermos trabalhar, não é ruim", comentou o ministro. "Nos força a ficar mais competitivos, mais espertos, mais atentos à mudança tecnológica", disse. (SL)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO SÃO POUCAS AS EMPRESAS INCENTIVADAS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A regra ajudou apenas 600 companhias em 2009, em sua grande maioria do Sudeste. Muito embora nos últimos anos benefícios fiscais tenham sido criados como uma política específica de governo para desenvolver setores da economia, seu uso ainda é bastante limitado. É o caso da Lei da Inovação, que prevê, na esfera federal, redução principalmente do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas que têm projetos e produtos inovadores.

De acordo com dados do **Ministério** de Ciências e Tecnologia, compilados pela Grant Thornton International, em 2009, 600 foi o número de companhias que se beneficiaram dessa lei. É até significativo perto de apenas 300 que entraram na lista da benesse dois anos antes e de 100, em 2006. Porém, ainda está muito concentrado em empresas sediadas nas regiões Sudeste e Sul do país. Até mesmo o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva já cobrou dos empresários maior adesão aos estímulos do **Governo Federal**. “Mas quantas empresas estão preparadas para usufruir desse benefício”, questiona Fernando Lima, sócio da consultoria para a área tributária. Para ter acesso à redução da carga tributária é necessário estar com a situação regular tanto como Fisco quanto com a Previdência. “E nem todas as empresas estão aptas”.

Ele ressalta que a dinâmica da economia brasileira tem proporcionado um crescimento das companhias e que, ao alçarem uma estrutura maior, podem buscar mais benefícios oferecidos não apenas pelo **Governo Federal**, mas estaduais. Mas também reconhece que possa haver um desconhecimento da legislação e de como se aproveitar dela. “Muitas companhias talvez não estejam colocando isso em pauta e não param para observar o tanto de benefícios fiscais que existem”, disse, lembrando que, com a redução da carga, podem aumentar sua margem de lucro ou optar por reduzir o preço de seus produtos, vender mais, ganhar **mercado** e, consequentemente, elevar seu faturamento.

Atenção redobrada

Para o especialista, os governos têm grande flexibilidade para conceder benefícios e as empresas têm de ficar atentas para aproveitá-los. “Ou então vão se atentar apenas à parte negativa do sistema tributário e continuar reclamando da alta carga tributária”, afirmou. S.V.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Problemas de logística podem impedir avanço de multinacional americana no PIM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Logística precária para receber e exportar produtos e o fornecimento igualmente precário de energia elétrica são gargalos

Manaus, 14 de Abril de 2011

Renata Magnenti - Jornal A Crítica

Visita do Presidente Mundial da 3M, George Ruckley ao vice-governador José Melo

Dois obstáculos conhecidos pelos empresários amazonenses podem funcionar como um pedra no projeto da multinacional americana 3M de ampliar seus negócios no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**: logística precária para receber e exportar produtos e o fornecimento igualmente precário de energia elétrica, o que não anima quem produz.

Na manhã de quarta-feira (13) um comitê de executivos da 3M, incluindo o presidente mundial do grupo, George Buckley, esteve com o governador em exercício, José Melo, conversando sobre os benefícios de fazer negócios no **Amazonas**.

O diretor-presidente da 3M **Manaus**, Afonso Chaguri, explicou que a reunião, que durou pouco mais de uma hora, foi bastante importante para que os executivos compreendessem os benefícios de estar na **Zona Franca**. "Temos planos de dobrar a venda de produtos em cinco anos, e **Manaus** pode ser o palco para esse investimento".

US\$ 120 milhões

Atualmente, 4% do faturamento da multinacional são investidos nas fábricas no Brasil, o que representa aproximadamente US\$ 120 milhões, e a projeção é

passar a investir de 7% a 8% do faturamento no País. Só no Brasil, a 3M produz cerca de mil produtos, dos 50 mil fabricados em outros 59 países, com itens utilizados na área de saúde a comunicação gráfica.

Ao final da reunião Chaguri disse que a questão logística e de distribuição de energia elétrica são as questões que mais preocuparam os executivos. "Precisamos ter gás natural na porta da nossa fábrica e a energia elétrica aqui tem muitas interrupções durante o dia e a falta de logística também nos preocupa. Agora os executivos vão analisar tudo o que foi discutido".

Avaliações

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraham, disse que o comitê da 3M questionou sobre o incentivo fiscal, taxa de desemprego e a mão-de-obra local e sobre o valor de terreno na **Zona Franca**.

O governador José Melo, justificou que o gás natural já está sendo utilizado em fábricas no **PIM** e que a instalação pode ser estendida à fábrica da 3M, disse que em dois anos estará em funcionamento o Linhão de Tucuruí, que vai ligar o **Amazonas** ao sistema energético nacional, e que o Porto das Lajes e um outro porto próximo a Refinaria de **Manaus**(Reman) estarão prontos também em dois anos, assim que questões documentais forem resolvidas.

	VEÍCULO WEB NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Na Mira do Belmiro 207		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Belmiro Gonçalves Vianez Filho (*)

Tomara que a manifestação do Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 773/2011, publicado recentemente no Diário Oficial da União, ponha um ponto final no imbróglio em que foi transformado o convênio celebrado entre **Suframa**, Centro das Indústrias e Governo do **Amazonas**, para recuperação emergencial do sistema viário do Distrito. O fato deveria servir, pelo menos, de reflexão mais abrangente. A começar pelo modo obscuro, sorrateiro e oportunista com que alguns atores sociais tratam o interesse público. E mais: o risco que representa essa facilidade inconseqüente de apontar supostos ilícitos na conduta de alguns gestores sem os cuidados de fundamentar com honestidade e rigor as insinuações. A temeridade provoca danos, prejuízos e injustiças dificilmente reparáveis com a mera leitura dos esclarecimentos na imprensa oficial. A metodologia rasteira e os danos irreparáveis da acusação precipitada se agravam mais ainda diante da dificuldade de jogar com transparência, e proatividade o jogo saudável da comunhão na solução dos engasgos sociais. Perdemos o treino e o saudável hábito de reunir a tribo pra compartilhar avanços e agruras nessa caminhada pelo interesse comum. E isso é inquietante.

As crateras lunares das ruas do Distrito já eram pauta freqüente das reuniões da autarquia com os parceiros do Cieam, **Fieam**, Aca, Fecomercio e CDL, entidades empresariais, desde os anos 90. Como manter controle de qualidade dos produtos com vias esburacadas para a logística de transportes da **produção**? Lá, então, já apontávamos a necessidade de exigir o desbloqueio das taxas da **Suframa** para atividades geradoras de emprego, como os investimentos em infraestrutura. O grande desafio do modelo **ZFM**, não esqueçamos, é a competitividade, que esbarra na precariedade da infraestrutura de energia –

cadê a nova matriz energética? – que impede o crescimento e a racionalidade produtiva. Como trabalhar pela briga de **mercado** sem banda larga de internet rápida e barata? O **Governo Federal** ainda ensaia a retomada do porto público, desestruturado por falta de manutenção. Isso, porém, vai atender o turismo, no máximo, a demanda **regional** da economia e de passageiros. E a demanda maior que emerge da sobrecarga na infraestrutura portuária existente para atender a expansão do polo industrial, a diversificação e interiorização dos novos polos?

A fiscalização do Tribunal de Contas confirmou regularidade da conduta da **Suframa**, sobretudo pelos esforços que a iniciativa representou para dar uma resposta objetiva e efetiva para um dilema antigo e empurrado permanentemente pela protelação danosa. Nas entrelinhas do Acórdão, além da inexistência de quaisquer outras pendências a serem esclarecidas, está assinalado, para quem quiser ler, um portfolio de conquistas consolidadas e perspectivas de expansão e crescimento sustentável, de interesse imediato e permanente da brasilidade, que autorizam a União – leia-se decisão presidente Dilma a respeito – recomendar mais 50 anos de funcionamento do modelo a partir de 2033. Este é o maior e mais sério atestado de lisura na conduta da autarquia e dos parceiros com quem interage nessa rotina de acertos. Há problemas, sempre haverá, quando a ordem é avançar com transparência e obstinação. Juntamente com a determinação do TCU, referendada pelo Congresso Nacional, de desbloqueio de verbas de “Expansão e Revitalização do **Distrito Industrial** de **Manaus**”, precisamos desbloquear a mesquinhez, expandir a proatividade e revitalizar os compromissos de ajustar as rotas de percurso, compartilhar conquistas e benefícios em nome do interesse geral.

(*) Belmiro é empresário e membro do Conselho Superior da Associação Comercial do **Amazonas**.